METAS À FRENTE

É preciso garantir a água para a atual geração e as futuras

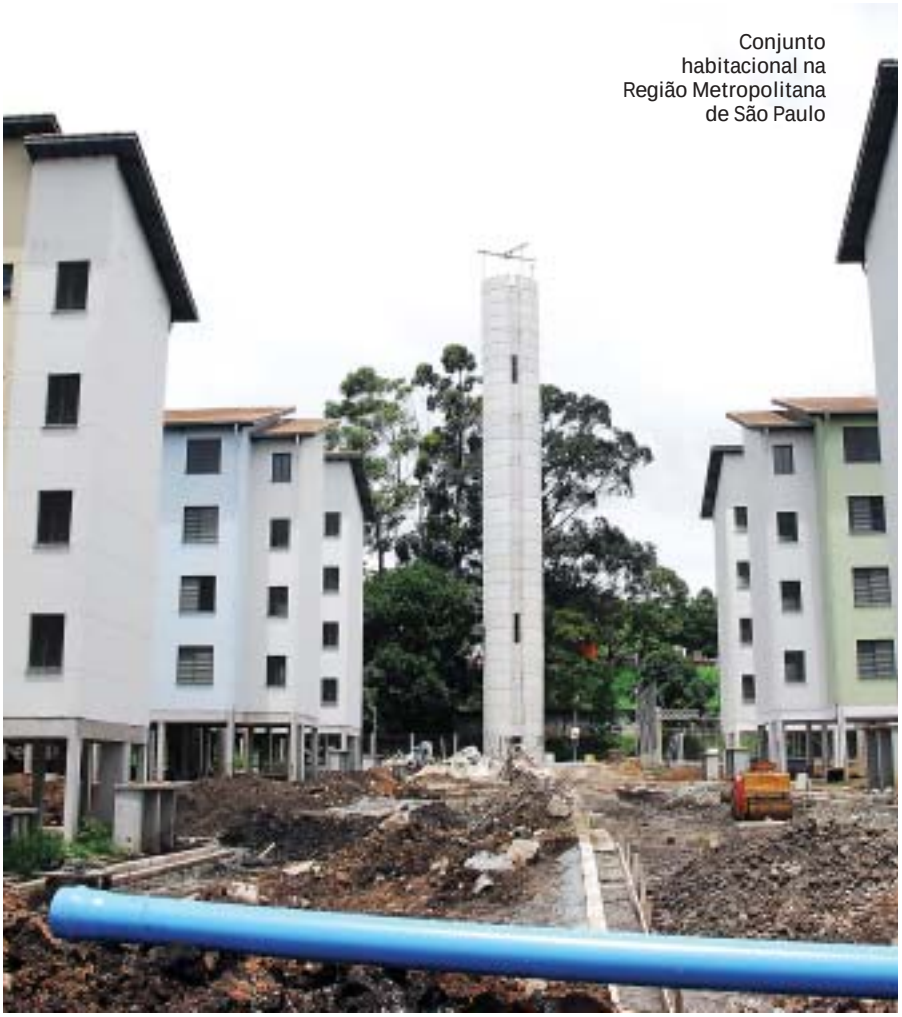
Dilma Pena*

OS DESAFIOS do saneamento no Brasil são grandes e complexos, com reflexos na desigualdade do atendimento. Basta lembrar os contrastes regionais. A Região Sudeste, São Paulo à frente, já desfruta da universalização do abastecimento de água e ostenta índices razoáveis de coleta (70,0%), mas a Região Norte amarga índices baixíssimos (água, 62,7%; coleta de esgoto, 6,1%), conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2007).

O governo de São Paulo investe para manter a universalização no abastecimento de água potável em todos os 645 municípios do Estado e chegar a 100% de coleta e tratamento de esgoto até 2018. A tarefa não é para uma só gestão, mas para várias. Exige continuidade e investimentos constantes.

No aspecto econômico, o saneamento possui um elevado custo fixo, enfrenta barreiras à entrada (trata-se de um serviço de monopólio, sob concessão) e há várias e importantes formas de externalidades sociais, tanto positivas (saúde pública, meio ambiente, desenvolvimento econômico e integração regional) quanto negativas (degradação ambiental ou aproveitamento inadequado de reservas naturais). Além disso, o custo fixo e os altos ganhos de escala são fatores consideráveis num país com mais de 5.000 municípios.

Por coincidência, a atual gestão da Secretaria de Saneamento e Energia iniciou-se no mesmo mês da promulgação da Lei do Saneamento (11.445/07). A lei é um avanço na direção da universalização desses serviços no Brasil e no enfrentamento dos desafios do setor, como a falta de continuidade de investimentos no país (o ritmo dos investimentos é espasmódico); a interrupção dos serviços públicos de saneamento dos inadimplentes; a concorrência desleal no fornecimento de água (como a captação em poços artesianos sem licença de outorga); a internacionalização das empresas de saneamento (o Brasil, que tem grupos da construção civil atuando no exterior, pode participar desse mercado global) etc.



Conjunto habitacional na Região Metropolitana de São Paulo

Lu Santos

A criação de agências reguladoras, no caso de São Paulo a Arsesp, constitui um dos grandes benefícios proporcionados pela Lei do Saneamento. O uso dos recursos naturais também precisa de regulação, para evitar a "tragédia dos comuns", objeto de estudo da economista agraciada com o Prêmio Nobel de 2009, a norte-americana Elinor Ostrom: quando todos querem um bem finito (como a água) e não há regras para o seu uso, todos são prejudicados. A primeira mulher a ganhar o

Nobel de Economia retoma o tema do biólogo norte-americano Garret Hardin (ensaio "The tragedy of the commons"; *Science* 162; 1968).

Uma agência permite que o Estado possa exercer, de forma perene, suas funções e seu papel de regulação para que permaneça o equilíbrio de interesses da sociedade, do governo e das concessionárias – prestadores de serviços públicos em rede. Trata-se de um ente do Estado cuja função é a de, em nome do interesse público, manter o equilíbrio entre esses três vértices. A regulação funciona, portanto, como um anteparo entre eles. O que se busca é a harmonização do usufruto desse bem a cada dia mais escasso e indispensável à vida: a água, água limpa para o planeta sobreviver.

Para fazer frente a esse desafio, é essencial um planejamento cuidadoso. Planejar é maximizar os recursos disponíveis, sejam financeiros, humanos, tecnológicos e ambientais. Com a nova realidade regulatória, cada município tem a obrigação de elaborar o seu próprio plano de saneamento e, aos Estados, cabe a integração destes com os planos regionais e estaduais de saneamento. Ciente das complexidades envolvidas nessa questão, uma das frentes de ação da Secretaria de Saneamento e Energia foi o Programa de Apoio à Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento (PMS). É somente com o PMS finalizado que os municípios terão acesso às linhas oficiais de financiamentos e se consistirá na base legal para a contratação e/ou concessão dos serviços de saneamento básico.

A partir do PMS, haverá a segurança de um planejamento estruturado e da efetivação de ações que ofertarão a todos os atores desse mercado não somente garantias de realizações, mas da mobilização de recursos adequados e direcionados para onde mais interessa: os benefícios sociais, ambientais e econômicos do saneamento.

Na Região Metropolitana de São Paulo, o governo do Estado possui vários e importantes programas em andamento, em parceria com as prefeituras, como o Projeto Tietê; o Vida Nova, de recuperação dos mananciais da Billings e da Guarapiranga, e o Córrego Limpo. São programas que vão assegurar a recuperação das águas e do entorno, com reurbanização das regiões e transferência de população, hoje em área de risco, para habitações seguras e dotadas de infra-estrutura. Saúde e bem-estar social.

Despoluir o Tietê e o Pinheiros é tarefa para gerações e demanda a participação de todos os municípios da bacia. Não apenas esgoto polui um rio, mas também todo lixo atirado nele ou levado pelas águas da chuva. As ações, contínuas e de longo prazo, têm de ser integradas. Recuperar os cursos d'água inclui captar e tratar esgotos. O Programa Córrego Limpo, parceria Estado-prefeitura, já despoluiu 42 córregos na capital e chegará a cem este ano.

Ainda sobre a drenagem, foi iniciado o Parque Várzeas do Tietê, o maior parque linear do mundo, cuja principal função será a de controle natural de cheias. Mas não se trata apenas de um projeto de drenagem, é também um projeto ambiental, social e cultural, com lazer gratuito para os oito municípios do Alto Tietê. É provavelmente a última chance de dar ao rio um lugar na Região Metropolitana à altura de sua importância histórica.

Com a nova realidade regulatória, cada município tem a obrigação de elaborar o seu próprio plano de saneamento. A partir dos planos municipais, haverá a segurança de um planejamento estruturado e da efetivação de ações

Outro programa é o Onda Limpa, o maior programa de empreendimentos no litoral de toda América Latina. Para o Litoral Sul suas metas são a de elevar de 54% para 95% o índice de coleta dos esgotos. Já para o Litoral Norte, o programa elevará o índice de coleta de esgoto dos atuais 36% para 85%. O destaque é que 100% dos esgotos receberão tratamento e destinação final adequados. Dessa forma, será possível despoluir os rios e canais de todo o litoral, recuperando e assegurando as condições de balneabilidade nas praias, resultando em um significativo incremento a toda atividade econômica e turística da região e benefício à saúde da população.

No Programa Vida Nova, que tem a participação conjunta da Secretaria do Meio Ambiente, da CDHU e das Prefeituras de São Paulo e São Bernardo de Campo, a meta é preservar os mananciais, pois quanto melhor a qualidade da água nestes, mais simples e barato o processo de tratamento, maior a qualidade do produto para a sociedade.

Há um bom tempo o governo Serra tem tentado convencer o governo federal da premência de desonerar os investimentos em saneamento básico da cobrança do PIS e Cofins, que custam ao setor, por ano, de R$ 1,4 bilhão (cálculos da Associação das Empresas de Saneamento Básico, Aesbe) a R$ 1,58 bilhão (SNIS/2007). Um dinheiro que beneficiaria muito o país se fosse aplicado em saneamento. Vários outros setores, como o de exportação, da construção civil e segmentos da informática, ganharam o benefício da redução ou isenção dessas contribuições. A incidência dos PIS-Cofins no saneamento desestimula o investimento nesse setor que tantos benefícios traz a toda a população.

Investir em saneamento e despoluição de rios e córregos rende ganhos sociais para todas as camadas da população, sobretudo as mais carentes. Recuperam-se a paisagem, o valor dos imóveis da redondeza, além do uso múltiplo das águas – abastecimento, geração de energia, esporte, lazer etc. É essencialmente um investimento de infra-estrutura social. A cada real aplicado no saneamento, outros quatro são economizados em saúde pública. Água potável e tratamento de esgoto reduzem a mortalidade infantil, as doenças de veiculação hídrica e a internação hospitalar. O que se investe hoje traz dividendos amanhã. É preciso garantir a água para a atual e as futuras gerações. É o que o governo de São Paulo está fazendo.

* Secretária de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo